



Acusados de irregularidades têm bens bloqueados no PR

03/09/2001

O juiz federal Erivaldo Ribeiro dos Santos, da 3ª Vara Federal de Maringá (PR), determinou a indisponibilidade de metade dos bens de cinco pessoas envolvidas em irregularidades na construção do Hospital Regional de Maringá. O juiz acatou a Medida Cautelar do Ministério Público Federal e Estadual.

Carlos Eduardo Schwabe (ex-secretário municipal de Desenvolvimento Urbano de Maringá), Ivan Murad (ex-secretário da Saúde), Ivo Espildora Barros (ex-presidente da autarquia de obras e pavimentação – Saop), Luiz Boligon (ex-diretor financeiro da Saop) e Erasmo José Germani (empresário da DM Construtora de Obras Ltda), foram acusados pelos MPF e MPE de superfaturarem a construção do hospital.

O metro quadrado deveria ter custado R\$ 800,00 em vez de R\$ 1,1 mil, como foi contratado. A União teria liberado 80% do valor da obra. O restante deveria sair da prefeitura. Cerca de R\$ 1 milhão, correspondente aos 20%, pode ter sido transferido irregularmente do Fundo de Saúde Municipal para a conta da prefeitura.

Outra irregularidade apontada é que o procedimento licitatório teria sido feito para construção do Hospital Metropolitano, em 1991, cuja obra não foi concretizada.

Fonte: https://conjur.jumps.com.br/2001-set-03/acusados_irregularidades_bens_bloqueados_pr/